



Semana de esforço concentrado inclui vetos presidenciais

Até sexta-feira, senadores votarão temas como minirreforma eleitoral e voto aberto no Legislativo. Amanhã, com os deputados, analisarão vetos da presidente Dilma

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um apelo para que os senadores estejam em Plenário durante toda a semana. Além das votações diariamente, haverá, na quinta-

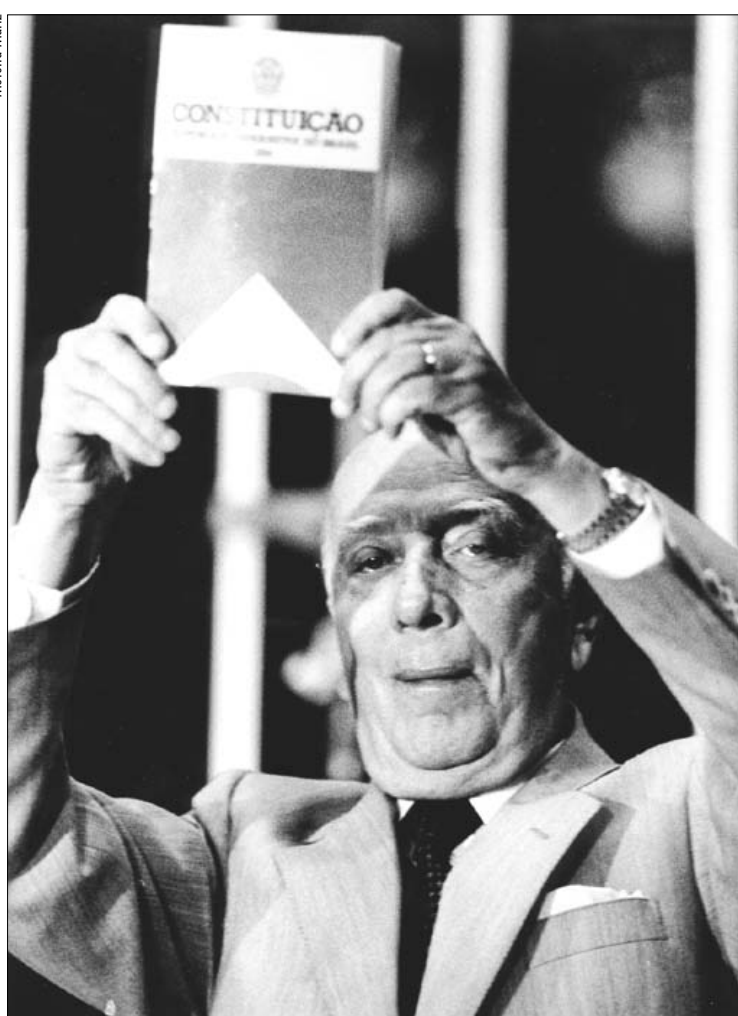
feira, sessão temática de debates com o ministro Alexandre Padilha para discutir o financiamento da saúde. Amanhã, serão apreciados os vetos da presidente Dilma Rousseff a sete projetos. **3**

Renan preside sessão que examinou, em agosto, vetos presidenciais à Lei do Ato Médico e às mudanças na partilha do Fundo de Participação dos Estados



Jonas Pereira/Agência Senado

Morieira Mariz



Deputado Ulysses Guimarães com o primeiro exemplar da Constituição de 1988

Especial mostra conquistas em 25 anos de Constituição

Em comemoração aos 25 anos de vigência da Constituição, o **Jornal do Senado** mostra a partir desta semana as principais conquistas em cada área da vida dos brasileiros e como o Congresso tem atuado para ampliá-las. **4**

Senadores exigem rigor no mensalão

Quarta-feira o Supremo Tribunal Federal concluirá o julgamento de recursos de condenados no processo do mensalão, podendo provocar um novo julgamento.

Senadores ocuparam a tribuna para cobrar uma decisão que confirme as condenações e, segundo eles, não prejudique a credibilidade da Justiça brasileira. **2**



Nelson Jr./SCQ/ST

Ministros da mais alta Corte do país decidem sobre os embargos infringentes apresentados pelos condenados

Audiência pública marca Semana de Luta das Pessoas com Deficiência

Comissão de juristas discute minuta de Código Comercial

4

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing

Decisão a favor de um novo julgamento para os condenados em caso de corrupção e desvio de dinheiro público pode afetar a credibilidade da Justiça brasileira, segundo pronunciamentos no Plenário

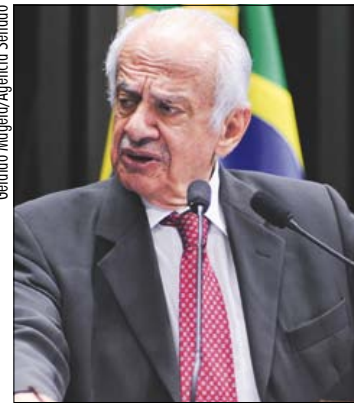
Genaldo Magela/Agência Senado



Genaldo Magela/Agência Senado



Genaldo Magela/Agência Senado



Ana Amélia, Taques e Simon demonstraram preocupação com o resultado do julgamento, a ser concluído nesta semana

Senadores cobram posição firme do STF no mensalão

O JULGAMENTO DOS recursos apresentados pelos condenados no processo do mensalão gerou discursos no Senado, sexta-feira. Se os embargos infringentes forem aceitos, os condenados terão direito a um novo julgamento. Até agora, cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) acataram os recursos e cinco ministros votaram contra, ficando para quarta-feira o voto de desempate do ministro Celso de Mello. Como no ano passado ele defendeu a validade desse tipo de recurso, muitos acreditam que o ministro será favorável a um novo julgamento.

Para Ana Amélia (PP-RS), o resultado afetará a confiança dos brasileiros na Justiça. Ela disse esperar que o STF confirme que as manifestações das ruas não foram em vão.

— Espera-se justiça,

realidade, franqueza, transparência. O Brasil e o mundo estão atentos a esta grande e complexa questão — afirmou.

Pedro Taques (PDT-MT) avaliou que o fato de terem sido condenados por unanimidade pelo STF torna inconstitucional a adoção do duplo grau de jurisdição. Ele ressaltou que o processo do mensalão foi discutido em 50 sessões no STF e, na hipótese de recomeçar, pode não terminar.

— Um ministro, sozinho, vai decidir o destino não só dos condenados, mas também do próprio Supremo Tribunal Federal — afirmou.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) recomendou que os ministros do STF decidam no sentido de preservar a credibilidade da instituição.

— Neste momento, o que está em jogo é a credibilidade de uma instituição chamada

Justiça. O que está na boca do povo é: “Este Brasil pune ou não o poderoso?”.

Pedro Simon (PMDB-RS) considera que a decisão do STF chega no momento em que o Brasil vive sua hora mais significativa. Ele disse que a eventual decisão por novo julgamento será uma piada e ressaltou que os advogados tiveram amplas oportunidades para defender os acusados.

— Até ontem, o STF dava a voz final, mas, agora, de repente, ficamos sabendo que não dá a última palavra, e sim os embargos infringentes. Buscaram na gaveta um recurso que nunca foi utilizado nessas circunstâncias — criticou.

Sobre a composição do STF, Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou como ficará a estabilidade jurídica, “quando se sabe que a mudança do juiz leva à mudança da decisão”.

Jucá espera debate sobre minirreforma eleitoral

Romero Jucá (PMDB-RR) disse em Plenário na sexta-feira que espera contar com a presença de todos os senadores para a votação da proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), de autoria dele. Jucá afirmou que está aberto a críticas e que terá humildade para aceitar modificações no texto, que deve ser votado hoje.

O senador espera que a matéria seja aprovada e remetida à Câmara no mesmo dia para que, após o debate e a votação

dos deputados, o texto seja sancionado até o dia 4 de outubro, data-limite para que as alterações tenham validade



Genaldo Magela/Agência Senado

Para Jucá, proposta é a viável para as mudanças valerem no ano que vem

já nas próximas eleições.

O senador explicou que, após a proposta ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ele mesmo resolveu apresentar recurso para votação em Plenário.

— É importante que, em regime de urgência, esse projeto seja debatido no Plenário e receba emendas de parlamentares que não são da CCJ e que vão poder debater, melhorar, criticar e ampliar o projeto — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Minirreforma eleitoral

11h Sessão especial comemora os 70 anos de criação do território do Amapá. Às 14h, sessão deliberativa. Na pauta, projeto que trata da minirreforma eleitoral.

PRESIDÊNCIA Amapá

11h Renan participa de sessão especial sobre os 70 anos de criação do Território Federal do Amapá; às 16h, ordem do dia.

CDH Pessoas com deficiência

10h Audiência interativa debate direitos e conquistas das pessoas com deficiência. Entre os convidados, o deputado Romário.

CÓDIGO COMERCIAL Anteprojeto

14h Comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Comercial discute a minuta do texto.

CI Aeroportos

18h Modernização dos aeroportos nacionais é o tema de audiência com o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.

TERÇA

CCT Rádio digital

8h15 Debate sobre a tecnologia de digitalização do rádio.

CMA Combustível adulterado

8h30 Pauta inclui projeto que cassa registro dos estabelecimentos que comercializarem combustíveis adulterados.

CMMC Harmonização

8h30 Seminário Clima em Debate, em parceria com as Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, discute legislação sobre mudanças climáticas.

CAE Rádios comunitárias

10h Avalia projeto que permite prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias.

CE Empresas juniores

11h Na pauta, projetos sobre criação de empresas juniores e incentivo à qualificação profissional de beneficiários do Fies.

CAE/CRE Espionagem

11h30 Audiência debate denúncias de espionagem na Petrobras. Convidada a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard.

CONGRESSO Vetos

19h Votação de vetos presidenciais. Entre os mais polêmicos, o veto total à extinção da multa adicional de 10% sobre o FGTS.

QUARTA

CAS Trabalho rural

9h Multas por descumprimento das normas do trabalho rural poderão aumentar, conforme projeto em análise na comissão.

CAE/CRE Petrobras

9h Com a CPI da Espionagem, as comissões fazem audiência pública sobre as denúncias de espionagem na Petrobras. A presidente da estatal, Graça Foster, é convidada.

OUIDORIAS LEGISLATIVAS Seminário

9h Seminário das Ouvidorias Legislativas, com o tema “Transparência e controle social — os desafios do Poder Legislativo”.

CCJ Quantidade de deputados

10h Entre os 26 itens da pauta, projeto que altera o número de deputados federais de 13 estados na próxima legislatura e o que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

CMO/CAE/CMA Banco Central

14h30 Audiência pública conjunta sobre política monetária, com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

QUINTA

PRESIDENCIALISMO Coalizão

9h Abertura do seminário Presidencialismo de Coalizão, no Auditório Antonio Carlos Magalhães. O evento é promovido pelo ILB, em parceria com a CE.

CCAI Terrorismo

9h Seminário internacional Terrorismo e Grandes Eventos, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara.

CRE Sabatinas

10h Indicação de embaixadores para Barbados e Iêmen e sabatina de Pedro Fernando Brêtas, para o Canadá, e Maria da Graça Nunes Carrion, para o Mercosul.

CAS Perícias do INSS

10h30 Audiência sobre perícias médicas do INSS, com o presidente do instituto, Lindolfo Neto de Oliveira Sales.

PLENÁRIO Financiamento da saúde

11h Debate sobre financiamento, com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

CÓDIGO PENAL Juristas

16h Reunião de trabalho da comissão de juristas que propõe atualização da lei.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vetos serão analisados em sessão conjunta amanhã. Toda a semana será de esforço concentrado no Senado, incluindo votação da reforma eleitoral e do voto aberto no Legislativo

Congresso examina vetos presidenciais em semana de esforço concentrado

O CONGRESSO REÚNE-SE amanhã para exame de vetos presidenciais a sete projetos de lei. A sessão faz parte do esforço concentrado do Senado, que, de hoje a sexta-feira, também votará temas como a minirreforma eleitoral, o fim do voto secreto no Poder Legislativo e a PEC da Música.

No caso dos vetos, o que é considerado mais polêmico barra totalmente o Projeto de Lei do Senado (PLS) 198/2007, que extingue a multa rescisória de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga pelos empregadores ao governo nos casos de demissões sem justa causa.

Na semana passada, em visita ao presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse estar confiante na manutenção dos vetos presidenciais. A possibilidade de derrubada do veto ao



Para rejeitar um veto presidencial, é preciso maioria absoluta tanto na Câmara (257 votos) quanto no Senado (41)

PLS 198/2007 é o que mais preocupa o Executivo.

O governo alega que a extinção da cobrança geraria impacto superior a R\$ 3 bilhões por ano no FGTS, com a consequente diminuição de investimentos em programas sociais e de infraestrutura.

A pauta prevê a apreciação do veto parcial a 85 dispositivos do Projeto de Lei de Conversão 17/2013, oriundo da Medida Provisória 610/2013,

conhecida como MP da Seca. Também serão analisados os vetos totais ao PLS 392/2008, que inclui os servidores do IBGE entre os que desenvolvem atividades exclusivas de Estado; ao PLS 244/2009, que trata da condição de perito oficial dos papiloscopistas; e ao PLC 83/2007, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) punidos por conta da participação em greve.

Serão apreciados, ainda, os vetos parciais a três dispositivos do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e a três dispositivos do PLC 98/2011 (4.529/2004, na Casa de origem), que institui o Estatuto da Juventude.

Mudança não analisada tranca a pauta de votações

Para um veto ser rejeitado, é preciso maioria absoluta tanto na Câmara (257 votos) quanto no Senado (41 votos). A votação é secreta, feita em cédula. A apuração é acompanhada

por uma comissão de parlamentares indicados pelos líderes partidários. Se o veto for derrubado, o presidente do Congresso comunica o fato ao Executivo para posterior

promulgação e publicação. A deliberação de amanhã será a segunda com base nos novos critérios, estabelecidos em resolução aprovada em julho. Pela norma, o

Legislativo passa a cumprir o prazo constitucional de 30 dias para votação dos vetos, a partir da publicação deles. Caso isso não ocorra, a pauta do Congresso fica obstruída.

Chegam mais duas mensagens presidenciais

Mais duas mensagens de vetos presidenciais foram lidas na sessão de sexta-feira do Senado: a de veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 612/1999, do ex-senador Ney Suassuna, e a de veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão

(PLV) 20/2013, resultante da Medida Provisória 613/2013.

O PLS trata de concessão de privilégios a credores por restituição de prêmio de seguro. Segundo a mensagem presidencial, durante a tramitação do projeto não foi levada em conta a alteração

feita pela Lei Complementar 126/2007, que terminou com o monopólio do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O PLV concede incentivos tributários aos produtores de etanol e à indústria química. A presidente Dilma Rousseff vetou um parágrafo que

ampliava os beneficiários do regime especial. Segundo ela, seria preciso estudar o impacto econômico-financeiro da medida para não contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os vetos serão analisados por comissões mistas.

Renan cobra apuração de fraude em votação

O presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, emitiu posição na sexta-feira a respeito da fraude na votação que derrubou os vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties do petróleo (12.734/12), em 6 de março.

Inquérito recém-concluído pela Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados atesta a ocorrência de falsificação da assinatura do deputado Zoinho (PR-RJ) durante a sessão do Congresso. A Mesa Diretora da Câmara encaminhou, sexta-feira, o resultado do inquérito ao Ministério Público Federal (MPF).

Nota oficial

O Presidente do Congresso Nacional espera e conta com o Ministério Público e com a Polícia Federal para que, com aprofundamento das investigações, analisem todas as hipóteses envolvendo o caso.

Em qualquer inquérito ou investigação, a primeira pergunta a ser respondida é "A quem interessa o crime?". Infelizmente, a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados não conseguiu responder a essa crucial indagação.

As autoridades, agora envolvidas no desdobramento da investigação, precisam, prioritariamente, identificar e apontar o autor do delito a fim de afastar a principal suspeita: a de fraude intencional com objetivo de anular a sessão.

O Congresso Nacional irá disponibilizar ao Ministério Público e à Polícia Federal tudo o que for necessário para elucidar a fraude e identificar o autor, incluindo vídeos, fotografias e quaisquer outros documentos em poder da instituição.

A sessão continua válida, já que o voto mencionado não interferiu no resultado da votação. A urna onde foi depositado o voto do referido deputado continha 39 votantes. Ainda que toda a urna fosse anulada, seria insuficiente para alterar o resultado final.

Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Caças suecos são melhor opção para o Brasil, afirma Agripino

Após visita à Suécia na semana passada — quando conheceu o caça Gripen NG, da empresa Saab, um dos concorrentes a reequipar a Forças Armadas —, José Agripino (DEM-RN) disse sexta-feira que aquele país está mais apto que os Estados Unidos e a França para atender a demanda brasileira pela compra de 36 caças.

O senador viajou a convite do governo sueco em uma comitiva formada por parlamentares integrantes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado. O grupo vai elaborar um relatório que será enviado à presidente Dilma Rousseff.

Para Agripino, o avião sueco é o ideal pelo custo mais baixo e pela garantia dada pela Saab de participação da indústria nacional no processo de desenvolvimento tecnológico.



Genaldio Magela/Agência Senado

Figueiró reivindica separadora de gás em Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) reivindicou a implantação de uma separadora de gás em Mato Grosso do Sul. Ele se disse frustrado com estudo apresentado pela Petrobras que aponta inviabilidade econômica para uma unidade no Centro-Oeste.

O senador lamentou que 600 quilômetros do gasoduto Brasil-Bolívia, que escoia diariamente 30 milhões de metros cúbicos de gás natural, cortem o estado sem aproveitamento local do produto.

— O Brasil tem hoje 42 separadoras de gás e nenhuma está no Centro-Oeste, a despeito de tudo que o agronegócio tem representado para o PIB.

Apesar de questionar o estudo, Figueiró se disse satisfeito com a disposição do diretor de Gás e Energia da Petrobras, Alcides Santoro Martins, de receber parlamentares e empresários.



Genaldio Magela/Agência Senado

Mozarildo registra os 70 anos do território que originou Roraima

Os 70 anos de criação do ex-território federal de Rio Branco, em 13 de setembro de 1943, foram celebrados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na sexta-feira, em discurso. O território tornou-se o estado de Roraima com a Constituição de 1988.

Mozarildo contou a história política de Roraima, quando o presidente Getúlio Vargas, preocupado com as fronteiras, criou cinco territórios, dos quais três viraram estados. Segundo o senador, a administração ficou a cargo de pessoas que nem sequer haviam estado na região. O atual governador, disse Mozarildo, estagnou o estado por estar preocupado com outras coisas.

— Pessoas que nem moram lá se apossaram do governo do estado, da prefeitura da capital, e isso tem criado um processo de retrocesso — disse.



Genaldio Magela/Agência Senado

Audiência debate hoje direitos dos deficientes

Evento permite a participação dos cidadãos e faz parte do programa da Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 10h, audiência pública sobre direitos e conquistas das pessoas com deficiência. O debate integra a Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e será interativo (veja quadro).

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), um dos requerentes da audiência, lembrou que 23,9% da população brasileira, cerca de 45,6 milhões de pessoas, tem algum tipo de deficiência, segundo dados do Censo de 2010. Para o senador, a semana de luta é fundamental para discutir as políticas públicas voltadas a essa parcela da população.

Foram convidados para o



Randolfe quer discutir políticas públicas voltadas para os deficientes

debate os deputados Romário (sem partido-RJ) e Mara Gabrilli (PSDB-SP); os professores Messias Ramos Costa e Lurdinha Danezy; o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio Ferreira; a presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), Aracy Lêdo; a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Macacé dos Santos; e a coordenadora municipal de Políticas para Acessibilidade de Macapá, Ariane Luna.

Requião critica projeto com regras para terceirização

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou em Plenário, na sexta-feira, o avanço da tramitação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei (PL 4.330/2004) que, conforme assinalou, “radicaliza” a terceirização do trabalho no país. Ele ainda observou que, até o momento, não houve qualquer sinal do governo, “à moda do velho PT de guerra” da presidente Dilma Rousseff, de que a proposta será vetada caso seja aprovada pelo Congresso Nacional.

— Essa garantia até agora não foi dada aos trabalhadores



Roberto Requião, senador do PMDB-PR

de nosso país — lamentou.

Requião disse que se o projeto virar lei as montadoras de automóveis vão poder contratar metalúrgicos por meio de empresas que “exploram” a terceirização da mão de obra sem o “incômodo” dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, afirmou, o serviço público poderá cancelar concursos e optar por terceirizados, extinguindo as carreiras de Estado.

— É o Estado mínimo e terceirizado, esse o ideal dos neoliberais — alertou.

Comissão do Código Comercial analisa minuta do anteprojeto

A comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial reúne-se hoje, às 14h, para discutir a minuta do texto.

O colegiado, que tem 19 titulares, deverá ainda deliberar sobre a possibilidade

de antecipação da consulta pública à minuta do projeto. Na reunião de 5 de agosto, foi definida a data de 7 de outubro para a realização da consulta.

A comissão deve concluir os trabalhos em 3 de novembro.



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

Em 5 de outubro, a Constituição federal completa 25 anos. Pelos avanços que trouxe, foi chamada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de Constituição Cidadã. O texto inovou ao priorizar os direitos sociais, civis e políticos dos brasileiros. Ao Congresso, coube a responsabilidade permanente de atualizá-la. A partir de hoje e nas próximas semanas, o *Jornal do Senado* mostra as principais conquistas trazidas pela Constituição e como o Congresso tem atuado para ampliá-las.

TRABALHO

No título que trata dos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros, a Constituição de 88 estabelece: o trabalho é um direito social, assim como educação, saúde, alimentação, moradia. A Carta atual garantiu aos trabalhadores um sólido conjunto de direitos. Ela consolidou benefícios que já existiam na época, tornando constitucionais conquistas como salário mínimo nacionalmente unificado, 13º salário, seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E trouxe novidades como a redução da jornada máxima de trabalho de 48 horas para 44 horas semanais e a extensão da licença-maternidade de três para quatro meses. A Carta instituiu ainda os direitos de greve (na foto ao lado, greve geral de 1986) e de livre associação profissional e sindical, entre outros.

A atualização, a regulamentação e a ampliação de direitos trabalhistas são pautas permanentes do Congresso. É o caso de projetos como o que reduz a jornada para 40 horas semanais (proposta elaborada pelo Senado e que está em análise na Câmara), o que assegura pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade a trabalhadores terceirizados e os que regulamentam profissões.

A correção de omissões da Carta de 88 é outro papel desempenhado pelo Legislativo: neste ano, por exemplo, os parlamentares promulgaram proposta de emenda à Constituição para estender aos empregados domésticos os mesmos direitos garantidos aos demais trabalhadores. Agora, o Congresso se debruça sobre o projeto que regulamenta esses direitos conquistados. Aprovado em julho no Senado, o texto tramita na Câmara.

Veja alguns projetos na pauta do Congresso:

- **PLS 224/2013, Complementar:** Regulamenta o trabalho doméstico
- **PEC 75/2003:** Reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas por semana, sem perda de salário
- **PLS 296/2003:** Extingue o fator previdenciário, que acaba reduzindo o valor da aposentadoria
- **PLS 274/2012:** Regulamenta proteção do trabalhador contra despedida arbitrária ou sem justa causa
- **PLS 136/2011:** Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho nos âmbitos rural e urbano
- **PLS 287/2013:** Regulamenta o tratamento de conflitos, a negociação coletiva e o direito de greve no serviço público
- **PLS 91/2010:** Permite a desaposentadoria (renúncia à aposentadoria), em que o aposentado volta à ativa e soma tempo de contribuição para conseguir valor de benefício maior

■ **PL 6.007/2013 (na Câmara):** Assegura o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos trabalhadores terceirizados

■ **PLS 254/2012:** Exige da empresa contratada para fornecer mão de obra fiança bancária em valor correspondente a um mês de obrigações trabalhistas

■ **PLS 350/2012:** Veda discriminação pela origem, sexo, costumes, orientação sexual, idade e gravidez, entre outras, no ambiente de trabalho



DEFESA DO CONSUMIDOR

Na Constituição de 88, a defesa do consumidor foi introduzida como um direito e também como uma garantia fundamental. Dessa forma, a Carta Magna elevou o direito do consumidor ao status de direito fundamental, assim como instituiu a obrigação do Estado de implementar políticas públicas nessa área.

Uma das maiores conquistas, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) foi expressamente previsto no texto constitucional. A Carta determinou que o Congresso o elaborasse dentro de 120 dias da promulgação da Constituição.

A Lei Maior também protege os consumidores ao dispor que eles devem ser esclarecidos sobre os impostos incidentes sobre mercadorias e serviços e ao prever que a União, os estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre a responsabilidade por dano ao consumidor.

De forma implícita, a Carta defende ainda os interesses do consumidor quando estabelece que o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros devem ser reprimidos

No Congresso, o tema continua em discussão. Em agosto de 2012, o



Senado instalou uma comissão interna para modernizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que tem debatido propostas em audiências públicas.

Há uma série de projetos em tramitação na Casa para alterar o CDC, entre eles:

- **PLS 281/2012:** Regulamenta o comércio eletrônico
- **PLS 282/2012:** Disciplina as ações coletivas de comércio
- **PLS 283/2012:** Dispõe sobre a prevenção do superendividamento
- **PLS 360/2012:** Disciplina a publicidade dirigida a crianças e adolescentes
- **PLS 470/2011:** Assegura ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele nos cadastros de consumo, por meio da internet

TRANSPORTE

A Constituição de 88 não inovou apenas ao garantir amplos direitos sociais. Ela é considerada a Constituição Cidadã também por ter estabelecido uma série de deveres do Estado, como saúde, educação, segurança pública. Obrigações que podem ser exigidas pela população, como fizeram os milhões de brasileiros que saíram às ruas, em junho, para protestar, inicialmente, contra o aumento nas tarifas de ônibus (foto abaixo).

As reivindicações chegaram ao Congresso. Aceleraram a votação de projetos que já tramitavam no Senado e na Câmara e inspiraram novas propostas para melhorar a mobilidade urbana. Uma delas incentiva o uso de bicicleta como complemento ao transporte público. Outra altera a Constituição para incluir o transporte entre os direitos sociais do brasileiro. Há ainda um projeto que concede passe livre para estudantes de escolas públicas e privadas. Hoje, a Constituição já garante a gratuidade nos transportes coletivos aos idosos.

Veja algumas propostas em tramitação no Legislativo:

- **PLC 50/2013:** Dá transparência aos dados utilizados para revisão de tarifas do transporte público
- **PLC 310/2009:** Concede benefícios tributários, para reduzir as tarifas, a empresas de transporte público (Reitup), desde que implementem o bilhete único
- **PLS 262/2013:** Fortalece o transporte cicloviário na política de mobilidade urbana
- **PLS 248/2013:** Institui o Programa Passe Livre Estudantil
- **PEC 90/2011:** Inclui o transporte entre os direitos sociais garantidos na Constituição
- **PL 2.965/2011:** Institui o Vale-Transporte Social